

CVM Centro de Estudos Victor Meyer
www.centrovictormeyer.org.br

Projeto:
Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

LIQUIDAR O PASSADO PARA DESTUIR O FUTURO?

Documento escrito por Ernesto Martins (Erico Sachs)
Publicado na Revista Marxismo Militante (exterior)
Data provável: 1975
Documento digitalizado em: 17.04.2009
Fonte: Acervo Victor Meyer

LIQUIDAR O PASSADO PARA DESTRUIR O FUTURO?

A Propósito de um documento de discussão

Ernesto Martins

O documento de discussão "Tarefas Atuais na DI", apresentado no Interior¹ com o fito da elaboração de uma "nova estratégia", parte de algumas premissas aceitas de antemão pelos seus autores, embora contradigam a todos os fundamentos teóricos elaborados pela Organização e aceitos em seus Congressos. Essa revisão dos conceitos básicos e estratégicos, que se pretende introduzir dessa maneira pela porta traseira, apoia-se em duas "teorias" atualmente em voga e aceitas por quase toda a chamada Esquerda Revolucionária Brasileira - a "teoria da dependência" e a da "superexploração". Não dispomos aqui do tempo nem de espaço para entrar no mérito das referidas elaborações teóricas, que pretendem enriquecer a análise teórica da realidade brasileira. Por ora queremos nos limitar aos argumentos expostos nas "Tarefas". A análise crítica das referidas "teorias" seguirá à parte.

Dependência e nível salarial

No ponto 1 do capítulo "Dependência e Dominação de Classe" o documento afirma existir uma *"incapacidade do sistema em absorver o descontentamento das massas, já que lhe é inviável pagar o valor da força de trabalho"*.

Em primeiro lugar, fica-se na dúvida sobre o que os autores do documento entendem por "sistema". Trata-se do sistema da ditadura militar ou estão se auferindo ao sistema capitalista no Brasil? Supomos que seja este, pois já na Introdução afirmam que *"a dependência coloca a ditadura militar como um dado estrutural"*. E essa outra premissa aceita pelos companheiros é um ponto básico da sua argumentação.

Em segundo lugar temos de perguntar o que é "o valor da força de trabalho"? Como é que se mede este valor em termos tão absolutos, como são estabelecidos no documento?

Responderão provavelmente, com Marx, que o valor da força de trabalho consiste na soma dos valores das mercadorias necessárias ao operário assalariado para a sua reprodução. Mas, as mercadorias necessárias à reprodução (e seus preços) variam não só de país para país, como no mesmo país em diversas épocas. Isso significa que não existe valor da força de trabalho universal, mas, sim, que varia no espaço e no tempo. Marx, no "O Capital", já fala da "Diversidade dos salários das nações" (sexta parte, XX capítulo, 1º livro). Engels, por sua vez, salienta - tanto em prefácio posterior a "Situação da Classe Operária na Inglaterra", como nas polêmicas com Lassalle - que o valor da força de trabalho depende de fatores históricos, sociais e políticos, próprios aos diversos países. E entre esses fatores não desprezíveis cita o grau de organização e de combatividade da classe operária, mencionando especialmente o papel dos sindicatos da classe operária na elevação dos níveis salariais no decorrer da segunda metade do século XIX.

Outro fator é o grau de produtividade de uma indústria em escala nacional. Evidentemente não no sentido que um crescimento de produtividade leve forçosamente a um aumento salarial. Marx, no mesmo livro "O Capital", falando do movimento salarial num país rejeita a afirmação de economistas burgueses no sentido de que "o salário geralmente sobe e desce de acordo com a produtividade do trabalho". O capitalista não aumenta espontaneamente os salários quando cresce a produtividade social, mas Marx não deixa dúvida que a produtividade é um fator que possibilita na economia capitalista aumentos reais de salário. Para essa possibilidade se tornar realidade, pelo menos em uma determinada conjuntura, é necessária a ação da própria classe operária.

A luta salarial, entretanto, não é mera consequência do desenvolvimento econômico capitalista. Como mostra Marx, tanto no "O Capital" como também no mais acessível "Salário, Preço e Lucro", a luta salarial é também um fator econômico. O grau de produtividade é determinado em última instância pelo nível de investimentos, isto é, pela composição orgânica do capital. Salários crescentes obrigam o capitalista a substituir a mão de obra por máquinas. As lutas salariais, evidentemente não são os únicos fatores que obrigam o capitalista a uma constante "racionalização do trabalho", isto é, que agem no sentido de uma crescente composição orgânica do capital - a própria concorrência entre os capitalistas é um poderoso estímulo desse processo.

Essas considerações são válidas para o funcionamento da economia capitalista em geral e o surgimento de um capitalismo dependente não alterou as leis gerais da acumulação do capital. Se os

¹ "Interior" foi a designação-código utilizada pelos militantes no exterior ao se referirem ao Brasil (Nota dos editores).

autores das "Tarefas" afirmam agora que a dependência torna *"inviável para pagar o valor da força de trabalho para o sistema"*, eles criam uma contradição suplementar.

Como explicam então que na História do Brasil em vias de industrialização houve uma fase prolongada (de 1945 a 1964) em que existiu um nível salarial consideravelmente mais alto? Pois são as variações nos níveis nacionais dos salários que nos permitem falar da valorização ou desvalorização da força de trabalho.

E já que *"a dependência coloca a ditadura militar como um dado estrutural"* poderia se perguntar por que na referida fase do pós-guerra o sistema funcionava sem ditadura militar?

Ou, então, a dependência em si ainda não explica as particularidades da realidade brasileira. Isso se torna evidente, sem grandes ponderações teóricas, se tomarmos o caso do Canadá, por exemplo. O Canadá gerou um capitalismo altamente dependente, não menos do que o Brasil. Basta dizer que cerca de 60% da sua indústria se encontra em mãos do capital estrangeiro, principalmente norte-americano (exatamente quatro quintos do total dos investimentos estrangeiros). O capital americano domina mais de 70% da produção canadense de petróleo, carvão, borracha e da indústria química, além de 67% da construção de máquinas, 52% da mineração, 50% da indústria elétrica e de máquinas agrícolas e 100% da indústria automobilística. Apesar disso, o Canadá é um dos países de nível salarial mais alto do mundo. Acontece que o Canadá é um país dependente, mas não é um país subdesenvolvido. Não gerou as estruturas internas típicas do subdesenvolvimento, que caracterizaram o passado e o presente do Brasil.

Todo o subdesenvolvimento implica em dependência externa, mas a dependência em si ainda não significa subdesenvolvimento, como o pretendem fazer crer diversos representantes dessa corrente. Dependência como sinônimo de subdesenvolvimento - como está sendo usado hoje, torna-se um lugar comum, pois ela é encontrada no mundo capitalista de hoje em todos os níveis. É encontrada inclusive nas relações entre países industrializados. O capitalismo, principalmente em sua forma imperialista, não conhece outras formas de relação, seja na divisão de trabalho ou na cooperação, ou nas suas alianças políticas e militares, do que a submissão do mais fraco ao mais forte - e isso evidentemente gera dependência.

Os sociólogos e politicólogos da pequena-burguesia, que descobriram o fator da dependência de hoje, fizeram dele uma pretensa fórmula científica, que explica os males do chamado "Terceiro Mundo". É um dos característicos dessa gente contentar-se com formulações gerais. Tão gerais que, de parte deles, não vimos ainda nenhuma tentativa de análise concreta do caso do Canadá, por exemplo. Mas isso é com eles. Mais grave torna-se a situação quando companheiros nossos, com uma absoluta falta de critério, começam a aderir a essa moda. E realmente absurda torna-se a situação quando esses companheiros procuram derivar dessas "teorias de dependência" uma tática nas lutas salariais.

É verdade que para isso lançam mão de outra teoria em voga, que também usa um vocabulário quase marxista. Estamos nos referindo à chamada teoria da superexploração. Se colocamos em dúvida o seu caráter científico, não é certamente pelo fato dela constar que o nosso proletariado está sendo superexplorado, mais pela construção "teórica", que ergue em torno do fato. Partindo da premissa tácita da existência de um valor da força de trabalho universal, procura provar, nas melhores tradições terceiro-mundistas, que o proletariado do capitalismo subdesenvolvido é superexplorado, enquanto o dos países industrializados é "somente" explorado - deixando abertas as portas para uma reabilitação das teses populistas de ontem.

Já prometemos uma discussão desse assunto para outra ocasião. Aqui nos interessa o fato dos autores das "Tarefas" terem tirado pragmaticamente os seus argumentos das duas "teorias" para afirmar que o sistema não pode "pagar o valor da força de trabalho".

Cabe a pergunta, também margem de todas as considerações teóricas, se o capital imperialista, que se fixou no Brasil e que domina pelo menos 35% de economia nacional, ramos industriais chaves e as empresas industriais maiores, se esse setor mais dinâmico do capital, que influi decisivamente na política salarial, "não pode pagar o valor da força de trabalho".

Muito pelo contrário, uma das causas que fez o capital estrangeiro investir maciçamente no Brasil sob o regime militar, é o fato dos salários estarem extremamente baixos (em virtude do "arrocho"), e isso lhe garantir um correspondente lucro extraordinário. Se a Ford e a VW do Brasil, por exemplo, exportam peças de carros para suas matrizes, isso barateia os custos de produção nas suas respectivas pátrias. E essas vantagens, entre outras, são conseguidas no Brasil com uma tecnologia de relativo atraso, isto é, com investimentos menores do que seriam necessários em casa, pois o crescimento da composição orgânica do capital aí é incomparavelmente mais lento do que nas metrópoles industriais. Por outro, um aumento geral dos salários reais no Brasil, obrigaria tanto o capital estrangeiro quanto o nacional a investir mais, a base de uma tecnologia mais adiantada, para compensar o crescimento do capital variável. À prazo, isso não diminuiria o lucro do capital, mas de imediato prejudicaria o lucro fácil. Aumentaria o espaço de tempo necessário para a circulação do

capital e diminuiria e taxa da mais-valia, fenômeno que se dá periodicamente em todos os países industriais. Querer concluir disso, porém, que o sistema não pode pagar "o valor da força de trabalho" é fazer um favor a nossa classe dominante. O capital estrangeiro e seus associados nacionais agradecem comovidamente...

O que é essencial na questão é que essa construção intelectual, como é apresentada nas "Tarefas", desvia completamente do problema fundamental, que a luta de classes no país coloca e que é primordial para nós, como revolucionários. Trata-se da situação objetiva da classe operária no seio da sociedade brasileira. Trata-se basicamente do fato do proletariado não ter revelado um grau de organização e de combatividade para se opor a queda radical do seu nível de vida, que chegou a atingir 30 e 50% conforme ano e cálculos. Trata-se igualmente do fato do proletariado brasileiro não ter revelado força, também, para aproveitar a posterior expansão econômica e a escassez de mão de obra para melhorar sensivelmente a sua situação, apesar do constante aumento da produtividade industrial. A falta de um movimento de resistência de massa contra a baixa do nível de vida tornou impossível criar um ponto de partida para a mobilização política proletária contra a ditadura militar.

O golpe militar de 1964 e a subsequente política de "arrocho" salarial foram resultados da crise econômica, que o capitalismo brasileiro sofreu na década de 60. À crise cíclica da superprodução juntou-se o fenômeno estrutural do esgotamento da fase de substituição das importações, chegando a se verificar uma queda na renda per capita.

Em todas as crises econômicas, a classe dominante procura descarregar o ônus nos ombros da classe operária. E, pelo menos no início, o consegue geralmente. Vimos isso há pouco de novo, nos EUA e na Alemanha Ocidental. O crescimento do desemprego, o medo dos operários de perder o lugar de trabalho, desorientam a classe e a fazem aceitar sem lutas maiores uma diminuição dos seus salários reais. A burguesia brasileira (e isso inclui o capital estrangeiro) em 1964, não se satisfaz com uma reação conjuntural do mercado de trabalho. O sacrifício que impôs ao proletariado brasileiro exigiu medidas extra-econômicas. Temos que ver, porém, que a burguesia pôde tomar e sustentar estas medidas durante um período tão prolongado, devido ao baixo grau de organização e de amadurecimento político do proletariado na fase anterior a 1964. O proletariado brasileiro (que politicamente se encontrava há pouco ainda, num nível semelhante - o populismo), ao contrário, por exemplo, não tinha criado ainda, nem uma consciência sindical. A geração dos operários de 1964 não sabia o que eram sindicatos operários livres. Somente o proletariado chileno sofreu uma queda semelhante do seu nível de vida, mas para isso foi necessário um banho de sangue, como não o conhecemos no Brasil.

Este fator, o do grau de amadurecimento como classe (ou a falta dele) do proletariado brasileiro, que determinou a situação durante a clandestinidade, representa um problema fundamental para a nossa atuação e determina os nossos conceitos estratégicos e as nossas táticas. Temos que ter consciência do fato que nenhuma mobilização política da classe se dará enquanto o proletariado não se levantar contra sua situação material. Esta afirmação não é "economicismo", como podem alegar os autores das "Tarefas" e, sim, uma experiência das lutas de classe em escala mundial. "Economicismo" seria querer satisfazer-se com as lutas econômicas e, dentro das tradições ideológicas de ontem, deixar a política para a burguesia ou pequena-burguesia, como fazem os adeptos das "plataformas democráticas" e os que recomendam o voto em candidatos do MDB. Esse, evidentemente, não é o nosso caso.

A Propósito de uma "Reavaliação"

O que pretendem os autores das "Tarefas" com o enriquecimento duvidoso das bases teóricas da Organização? Tornam-se mais explícitos, em seguida, quando declaram: *"Antes de mais nada, esta questão tem que ser enfrentada do ponto de vista de uma reavaliação do lugar que vem ocupando... a Vanguarda Proletária"*.

Em que consiste essa reavaliação da vanguarda? Ou, em outras palavras: o que é necessário para mudar a situação atual? A resposta não conhece dúvidas: precisamos de uma estratégia certa: *"E nesse campo, a primeira questão a ser levantada é quanto à ausência de uma estratégia e sua substituição por uma fluida 'linha estratégica'"*.

Os autores, das "Tarefas" passam por cima de toda a argumentação apresentada na ocasião, quando nós nos decidimos pela formulação da "linha estratégica". Não precisamos aqui, pois esperamos que as bases tenham acesso aos documentos durante os debates. Queremos lembrar somente que salientamos a necessidade de um fundamento material para uma estratégia. Assinalamos que somente um partido operário, que tenha, de fato, um "exército proletário" atrás de si está em condições para isso. Uma pequena vanguarda teórica, a margem do proletariado, que ainda tinha de encontrar o caminho à classe, não podia fazer mais do que elaborar uma "linha estratégica" no quadro de um processo social e histórico, que estava se dando perante os nossos olhos: o do

amadurecimento da classe, da penetração das categorias marxistas no proletariado, que levaria a uma fusão do marxismo revolucionário com o movimento operário vivo. Somente quando este processo atingir um ponto, em que der lugar a criação de um partido revolucionário de classe, então teremos atingido um nível em que se pode falar de estratégia propriamente dita. As "Tarefas" acham esta linha estratégica, dentro da qual temos de atuar, no sentido da conscientização e aceleração do processo, "fluida" e "espontaneista". Mas a sua opção por uma "estratégia" não passa de uma profissão de fé. Podem também satisfazer os militantes de um grupo reduzido e criar uma compensação pela sua falta de influência real. Mudar algo na situação existente no país, não mudam.

O problema cardeal para os nossos companheiros parece ser o da "penetração", problema que eles interpretam, entretanto, de uma maneira toda particular: "... penetração como permanente, como tarefa constante, como uma linha evolutiva, linha que substitui o papel da estratégia e da tática...".

E mais adiante:

"Trata-se de ter os quadros, que façam a penetração. Mas a penetração não é um objetivo. É uma linha genérica".

A confusão esta óbvia. Na primeira parte acusam a Organização de ter visto a penetração como "tarefa, que inclusive devia ser feita" pelos quadros. Simultaneamente alegam que não se trata de um objetivo e sim de uma "linha genérica".

Acontece (e os companheiros deviam saber disso), que a penetração como tarefa da Organização, a ser realizada pelos seus quadros, é uma invenção exclusiva da fase ultra-esquerdista, que se iniciou em 1970. Fato é que até esta fase do voluntarismo desenfreado (que os companheiros alegam combater), a penetração, a conseqüente fusão e o surgimento de um partido revolucionário do proletariado, representavam os objetivos estratégicos dessa etapa das lutas de classe no Brasil. Não podiam ser "tarefa" de um reduzido grupo de revolucionários, porque se tratava de uma mudança qualitativa nas relações de classes da sociedade, que estava se dando independentemente da existência das vanguardas teóricas existentes. O próprio surgimento destas vanguardas podia ser resultado desse processo social, e eles, por sua vez, podiam acelerá-lo (na medida em que se mostrassem a altura), mas o seu próprio futuro, sua transformação em vanguarda real da classe ou, pelo menos do seu setor mais adiantado, dependia do ritmo do amadurecimento objetivo do proletariado.

Que os autores das "Tarefas" nunca entenderam esta problemática, definida nos primeiros Congressos da Organização (e que agora pretendem "abolir"), eles demonstram quando afirmam:

E façamos justiça, o PTCP não faz mais do que seguir esse mesmo raciocínio, do que tentar responder a esse "como penetrar" e pagou ai o seu tributo: canais de expressão, trabalho legal, enfim o "vale tudo", já que não é no campo da estratégia e da tática que esta situada a discussão, mas sim no campo de como levar a "linha estratégica".

O que o PTCP fez, foi em primeiro lugar, ignorar completamente as mudanças que se tinham dado na situação e nas condições da luta, depois de 1969/1970. Partindo da premissa do "descenso provisório" e da "criação de um pólo proletário, que se refletia na sociedade toda", justificava esta ofensiva voluntarista com o manto ideológico da "penetração" como "tarefa". Mas, se for o caso de fazer justiça, temos que ver que os autores do PTCP não revelaram incompreensão maior frente ao problema geral do que atualmente os das "Tarefas".

É preciso salientar ainda que, além da colocação voluntarista do problema de penetração, os companheiros em 1970 não viram que a conjuntura inaugurada pelo Ato-5 tinha colocado definitivamente os objetivos estratégicos a uma distância maior. E isso se deu justamente porque o processo não é constante nem evolutivo, passa por saltos qualitativos, mas também sofre revezes. A repressão e a consolidação da ditadura militar não conseguiu evidentemente eliminar os objetivos estratégicos da luta de classes, nem torná-los superados. A problemática fundamental da luta perdura: criação de um proletariado independente, capaz de liderar os trabalhadores do campo e as demais camadas potencialmente revolucionárias do país. O ritmo do processo, entretanto, sofreu uma interrupção. Reprimido, ele terá de irromper com violência redobrada no futuro, mas durante anos, a classe ficou paralisada.

E aqui chegamos à outra questão, que contribuiu para as confusões surgidas. Na terminologia usada pela Organização, constavam dois termos, que, entretanto, não eram usados como sinônimos. Trata-se da já conhecida "penetração" e do "enraizamento". Este, sim, era tido como tarefa de Organização. Criar raízes no proletariado, formar quadros operários no seu meio e mudar a composição social pequeno-burguesa, isto eram tarefas vistas como primordiais para a Organização, se esta pretendia realmente desempenhar um papel na classe operária.

De fato consideramos o enraizamento na classe uma tarefa constante e contínua para uma vanguarda, restrita que seja, mas que pretende crescer e se desenvolver conforme princípios leninistas de organização, pelos quais operários e intelectuais revolucionários criam uma linguagem

comum e se dedicam a luta comum, à base de um centralismo democrático. Na organização bolchevique, por exemplo, a percentagem dos operários nunca baixou a menos de 60%, e isso foi considerado o mínimo necessário para a vanguarda não perder os laços com a classe.

Alias, refletindo bem, é de se perguntar se se trata realmente de simples confusão, já que nas "Tarefas" tais preocupações, como as que acabamos de apresentar, são caracterizadas como "desvio obreirista". De todas as acusações contra a Polop levantadas nas "Tarefas" - e que não são poucas - a do "obreirismo" provavelmente nos tenha surpreendido, considerando de que lado vinha. É verdade que atualmente a Organização valoriza muito os seus elementos "integrados", mas estes não podem substituir os quadros operários. Qualquer tentativa neste sentido seria querer transformar um mal necessário em virtude. Afinal, as palavras de Marx que "a emancipação dos operários só pode ser obra deles próprios", é mais do que um desfecho para textos festivos. Resumem a essência da concepção materialista da história contemporânea.

Não muito surpreendente torna-se a acusação de "propagandismo", lançada igualmente nas "Tarefas". Essa, nem sequer procura se fundamentar, a não ser mediante uma vaga crítica às "palavras de ordem propagandísticas", que em si não é muito claro, pois não esclarece se as objeções são feitas em princípio ou em relação a casos determinados. O modo de colocação do problema, porém, revela uma assustadora ignorância dos meios de luta ideológica de comunistas. A propaganda é o pão de cada dia de qualquer vanguarda realmente comunista, que pretende influir sobre as massas, combater as influências ideológicas burguesas no seu meio, educá-las e conscientizá-las. Como se daria a mudança qualitativa de uma massa trabalhadora, que ainda se encontra no nível do populismo? Por obra do Espírito Santo, por acaso? Mas não é gratuitamente que os autores das "Tarefas" têm tanta dificuldade para compreender o processo de conscientização da classe e do papel que nele teriam a desempenhar.

Lênin, por sua vez, durante os debates em torno das "Teses de Abril", foi acusado por Kamenev de querer transformar "um partido de massas" em um "grupo de propagandistas". Respondendo, referindo-se a situação concreta de então, (abril de 1917) o dirigente bolchevique perguntou: "*Neste momento presente, a atuação dos propagandistas não representa justamente o eixo das atividades, a fim de livrar a linha proletária do delírio pequeno-burguês da defesa da pátria?*" E finalizando a sua polêmica contra Kamenev, constata laconicamente: "*É deveras pouco apropriado querer falar com menosprezo de um "grupo de propagandistas" da linha proletária*".

Qual seria a alternativa?

Depois destas incursões no terreno da estratégia, e da propalada falta de estratégia, era de se esperar que o documento de discussão procurasse formular uma alternativa viável. Veremos o que apresenta.

Para superar a "linha fluida" começa a redefinir certas categorias fundamentais, com as quais a Organização operou no passado. Dedicar-se primeiro aos Comitês de Empresa. Tomando como ponto de partida o documento "Formar a Vanguarda Proletária", que descreve os Comitês como organizações da classe operária, formados nos lugares de trabalho, não partidários e representativos e que por isso mesmo tem que refletir o nível de consciência do proletariado, as "Tarefas" objetam:

Primeiro, que essa é a definição de um órgão sindical. Um órgão sindical também é representativo, e não partidário, tanto como o comitê. O que diferencia o comitê de um órgão sindical não é que o primeiro se assenta na fábrica, pois isso é apenas a diferença entre comitê e o sindicato primitivo tal como ele historicamente se constituiu. Mas é em relação ao caráter da luta sindical que, principalmente, caberia ter demarcado a diferença específica do comitê. Pois tanto em Lênin (como consequência da Terceira Internacional) como em Gramsci, o que especifica o comitê é o seu controle operário da produção, de órgão de autogestão operário, reproduzindo ao nível da fábrica a consciência da classe, como "célula da futura sociedade comunista".

Disso as "Tarefas" conclui que existem dois órgãos diferentes do proletariado: Comissões Operárias e Comitês de Empresa e que nós não fizemos mais do que propagar a formação de Comissões. Citando uma resolução do Segundo Congresso da Internacional Comunista, que lança palavras de ordem do Controle Operário da Produção, o documento conclui que sem a luta por esse signíio, não se pode falar de Comitês, que já são um órgão de luta política que trava essa luta sob a direção de uma vanguarda. As Comissões por sua vez, nunca podem ultrapassar o nível da luta econômica, já que são marcadas pela sua origem espontânea e tampouco podem dar o salto qualitativo de se transformar em Comitê. Assim, prossegue:

Portanto, o Comitê de Empresa descrita no F.V.P. é, na verdade, um órgão sindical de luta, diferente da estrutura sindical, mas tendo como caráter a luta sindical; nesse sentido não se diferencia das Comissões, que surgem espontaneamente como canal de luta ao nível das massas, refletindo o fato de que, aqui, a luta econômica, salarial ("sindical", nesse sentido), vai

diretamente, imediatamente contra, o controle político (? E.M.). Evidentemente que o comitê nasce da luta espontânea e, portanto, dos canais que essa luta espontânea assume. Mas entre uma coisa e outra há um salto de qualidade, salto que só podem ter claro se se toma como critério a própria qualidade do comitê aquilo que se visa com ele. E, ao contrário, o F.V.P., vê apenas uma linha evolutiva: "se tornara político (o Comitê - E.M.) e instrumento de lutas políticas na medida em que se forma e manifesta a consciência política do nosso proletariado".

A redação nem sempre ajuda a compreensão das discussões, mas isso não é culpa nossa. O que mais dificuldades causa a eles é a relação entre a luta econômica e política do proletariado e, conseqüentemente, a formação da consciência de classe, mas vamos por pontos.

Em primeiro lugar, a afirmação de que o Comitê, tal como é descrito no F.V.P., não passa de um órgão sindical, pois o sindicato também é representativo e não partidário, revela uma lógica estranha, para não dizer "formal". Da mesma maneira poderia se dizer que a Comuna de Paris ou o Soviete de Petrogrado, não passavam de órgãos sindicais, pois eles eram representativos da classe, além de não partidário, e terem surgido espontaneamente.

Dito de passagem, há na primeira citação uma afirmação evidentemente errada, que pode ser resultado tanto de um lapso como de desconhecimento de causa. Os primeiros sindicatos surgiram em fábricas, eram sindicatos fabris. Portanto, não se trata de uma "diferença entre Comitê e o sindicato primitivo" e, sim, de uma semelhança.

Em segundo lugar, a maneira com que os companheiros citam Lênin, Gramsci e a Internacional mostra uma absoluta incapacidade de compreender a dialética da luta de classe, quando querem provar que o Comitê de Empresa só merece esse nome quando luta pelo "controle operário da produção". Usam aí um recurso muito simples: citam textos escritos numa situação revolucionária na Europa Ocidental (Lênin no 2º Congresso da IC e Gramsci durante as ocupações de fábricas na Itália do Norte), e as codificam como verdades eternas, válidas para todas as situações e em todos os lugares. Dessa maneira tiram o Comitê do contexto da luta viva de uma classe e o transformam em princípio abstrato (ou uma receita). Isso, evidentemente não poderia ter sido a invenção de Lênin nem de Gramsci. Se os autores das "Tarefas" tivessem lido com mais atenção a referida resolução do 2º Congresso da IC e não tivessem interpretado de modo tão voluntarista, teriam encontrado outro trecho do próprio texto, que explicitamente diz o seguinte:

O empenho pela criação de Conselhos de Empresa, (isto é, comitês - E.M.) que está se desenvolvendo entre os operários de diversos países, em escala crescente, parte de motivos os mais diversos... mas desemboca finalmente na luta pelo controle operário da indústria, a tarefa histórica específica dos Conselhos de Empresa. (destaque meu, E.M.).

A resolução diz claramente que desemboca finalmente na luta pelo controle da indústria, mas se inicia pelos motivos os mais diversos. Não estabelece esta diferença mecanicista (nem ai nem em outro lugar qualquer) entre órgãos que iniciam a luta e órgãos que finalmente levantam a bandeira do controle da produção. No meio tempo há todo um desenvolvimento qualitativo dos comitês, que só pode ocorrer na medida em que se dá uma mudança qualitativa da atuação da classe que representam. E este desenvolvimento, evidentemente, não pode ser "evolutivo", como pretendem compreender os nossos companheiros, mas marcados por ascensões, baixas e altos. Sinal é que os próprios comitês não conhecem continuidade assegurada. Formam-se e desaparecem de novo, para ressurgir em outra fase da luta.

Terceiro, o caráter extremamente voluntarista do esquema apresentado pelos autores do documento salta aos olhos quando afirmam que a diferença entre Comissão e Comitê se torna clara "*se se torna como critério a própria qualidade do comitê, aquilo que se visa com ele*". Mas a "qualidade de um comitê" não é determinada pelo que "se visa", (provavelmente o que visa um intelectual revolucionário, sentado diante de uma escrivãzinha tranqüila). Órgãos de luta de classe são produto de uma necessidade social e só pode surgir à base dessa necessidade e do nível das lutas. Nossa tarefa e saber distinguir o nível da luta para ajudar a classe a criar as formas de organização, que ela é capaz de criar nessa fase determinada. Nós não inventamos os órgãos de representação da classe. Todos eles surgiram espontaneamente.

Fato é que a diferença entre Comitê e Comissões, como as "Tarefas" a apresentam, não existe. Trata-se de um esquema subjetivista, que não tem ligação nenhuma com a realidade das lutas de classe internacionais e muito menos com a nossa experiência. Se os órgãos de representação nos lugares de trabalho se chamam de "Comitês", "Comissões", ou "Conselhos", isso ainda não deduz nada sobre o seu conteúdo. Não são órgãos sindicais pela sua natureza, mas terão evidentemente também de cuidar de problemas salariais nos lugares onde sindicatos operários não existem ou onde se tornaram tão reformistas, que não cuidam nem desse aspecto.

Em Portugal existem Comissões e Comitês lado a lado e suas funções se distinguiram por isso. Ambos surgiram em protesto à atitude dos grandes partidos e dos sindicatos frente às reivindicações da classe. Na Espanha, as Comissões Operárias, que durante anos foram a espinha dorsal da luta do setor mais adiantado do proletariado, evidentemente eram mais do que "órgãos sindicais", embora o PCE, em virtude da sua colaboração com partidos burgueses, tente reduzi-los a isso. É duvidoso se o

conseguirá. O Português não conseguiu.

Preocupados em construir um esquema próprio, os companheiros revelaram completa cegueira frente a um dos problemas fundamentais no que diz respeito a órgãos representativos de base da classe operária. Tratam-se dos órgãos de "duplo poder".

Comitês ou Comissões, ou como se possam chamar indiferentemente nos diversos países, se distinguem qualitativamente desses órgãos de nível superior, que não representam somente a classe operária, mas que colocam em cheque a máquina estatal da sociedade exploradora. Os soviets na Revolução Russa vitoriosa, os reates na Revolução espartaquista alemã derrotada, que podem igualmente sustentar nomes diversos em países diferentes, surgiram como órgãos de insurreição em potencial e ao mesmo tempo como formas de organização básica do futuro poder proletário.

Como todos os órgãos representativos, os do "duplo poder" também surgem como não partidários. Os revolucionários ainda têm que conquistar a maioria no seu meio, para torná-los em condições de tomar o poder e dar o golpe de misericórdia na máquina estatal burguesa. Também eles surgiram como produto espontâneo de lutas operárias. Formaram-se tão espontaneamente que os bolcheviques, na revolução de 1905 desconfiaram do novo fenômeno e levaram certo tempo para reconhecer o seu caráter revolucionário. Na Europa Central, em situação revolucionária, o proletariado formou os órgãos de duplo poder diretamente sob a influência da Revolução Russa. Surgem somente em situações revolucionárias. Na fase da política ultra-esquerdista da IC, em situação não revolucionária, nenhum PC conseguiu a criação de soviets, apesar de se empenhar por isso.

Os soviets (como chamaremos genericamente os órgãos de duplo poder) distinguem-se qualitativamente dos Comitês e Comissões da mesma maneira como se distingue qualitativamente o proletariado, que luta diretamente pelo poder, de um que ainda luta para melhorar a sua situação no quadro da sociedade capitalista. A experiência mostra também que os Comitês e Comissões e o que mais existir nesse nível não podem substituir os órgãos de duplo poder, pois são formas sob outras premissas. Chile e Portugal confirmaram novamente essa experiência. Em ambos os países não faltaram minorias revolucionárias, que tentaram mobilizar os órgãos de cogestão para colocar a questão do poder. Falharam porque a classe operária dos dois países estava ainda impregnada de ilusões democrático-legaistas sobre o caminho ao socialismo.

Se entramos mais detalhadamente nessa questão é porque a experiência nesse campo já é realmente rica e todo comunista que mereça este nome tem a obrigação de se aprofundar nela. Mas voltemos ao Brasil.

A consigna da formação dos Comitês de Empresa foi lançada pela Organização em 1962, ainda nos tempos da "legalidade". Nós nos decidimos pelos Comitês e não por Comissões, porque aqueles tinham precedentes na lutas de classes no país (na prática não fincamos pé na terminologia). Não inventamos, portanto, esses órgãos de representação. Estudos empíricos das formas de luta criadas pelo proletariado brasileiro nos mostraram como os operários de fábrica formaram seus Comitês de Greve em tempos legais e semi-legais, O que podíamos visar (depois de prolongadas discussões com operários ligados a produção) era a institucionalização desses órgãos de classe, pelo menos durante espaço de tempo maior. Lançamos naquele momento os comitês como palavra de ordem de propaganda, pois não tínhamos força física para mais, nem o nível das lutas de classe de então prometia perspectivas imediatas de sua realização. De fato, o primeiro Comitê de Empresa, naquela fase, do qual tivemos conhecimento, se criou em Jundiáí, sem a nossa interferência direta. Osasco e Contagem vieram depois. A experiência mostrou a justeza da análise e do método da Organização, o que permitiu exercer um papel e uma influência, que ultrapassou de longe a sua importância numérica.

Os autores das "Tarefas" não analisam dessa maneira, nem fazem uso desse método. Um exemplo valioso da sua atitude na questão é o parecer que dão sobre a greve de Osasco:

Em Osasco, as Comissões de fábrica serviram de base a uma oposição sindical, (representativa no caso) que chegou a ganhar as eleições, passando então o sindicato a servir de reforço as lutas nas fábricas por aumentos salariais, passando o sindicato a assumir a greve, etc. Mas na verdade se ficou nos limites do atrelamento. E com isso a luta não ultrapassou os limites econômicos, enfraquecendo-se, isolando-se do conjunto da classe, e sendo em seguida atacada pelo aparelho repressivo.

A situação no sindicato foi vista como reforço à luta econômica e não como luta política, como luta contra o atrelamento, e, portanto, contra a ditadura e pelo Governo dos Trabalhadores. O que se coloca, portanto, é que ao mesmo tempo em que a vanguarda deveria estar colocando tarefas do controle da produção que transformasse a qualidade da consciência e da organização da fábrica, nesse mesmo processo teria que estar colocando a participação no sindicato como luta contra o atrelamento, tomar o sindicato nas eleições e assembleias, para romper com seus limites: não aceitar a negociação com o governo, não aceitar a divisão em categorias e regiões,

fazendo da luta no sindicato contra o atrelamento, uma luta pela central operária, pela unificação (orientada politicamente então) da organização de fábrica.

E daí em diante, daí para fora. É muita coisa que os autores das "Tarefas" querem (hoje) dos operários de Osasco e é muita coisa que pretendem da vanguarda, nas condições em que se realizou aquela greve. Mas, infelizmente, o retrato fornecido não tem absolutamente nada com a realidade de então.

Em primeiro lugar, as "Tarefas" querem dar a impressão que a greve falhou por ter sido "economicista" e que por essa razão a luta enfraqueceu-se e isolou-se "do conjunto da classe", sendo em seguida atacada pelo aparelho repressivo. Quer dizer, aqui se dá a entender que o conjunto da classe estava mais adiantado do que o comando da greve, disposto a uma luta direta e frontal contra o governo. E que foi por causa dessa contradição que a greve pôde ser reprimida.

Justamente o contrario é verdade. O proletariado de Osasco entrou em greve por motivos salariais, forçado pela sua situação econômica. Evidentemente, os operários eram contra a ditadura, pois sentiam o "arrocho" na própria carne, mas assim mesmo não estavam dispostos a levantar outras reivindicações, fora das salariais, para não fornecer pretextos à repressão. Qualquer tentativa de fazê-los levantar reivindicações políticas teria abortado a greve de saída. Apesar disso, não se pode afirmar que a greve não tenha tido caráter político. O simples fato de operários entrarem em greve e ocuparem as fábricas já era um desafio político ao regime e foi interpretado como tal. :

Quando se lê a lista das reivindicações, que as "Tarefas" levantam, pode-se imaginar o modo da sua elaboração, - seus autores reunidos em torno de uma mesa, olhando-se mutuamente e perguntando: "Que mais precisa uma greve para ser revolucionária?" Acontece, porém, que as reivindicações dos operários, pelas quais estão realmente a combater, são uma coisa (que qualquer revolucionário saberá respeitar), outra coisa são as reivindicações que a vanguarda pode levantar entre os operários, em forma de palavras de ordem educativas e propagandísticas. Nenhuma vanguarda consciente, entretanto, se prestaria a organização de uma greve sem conhecer bem o nível de reivindicações dos operários e não procurará impor outras, que as isolem da massa, ou criem um confronto.

Qual era o sentido da greve de Osasco? Em primeiro lugar, fazer da luta comum um instrumento da criação de solidariedade e de organização do proletariado. Essas lutas parciais são vitais para o amadurecimento da classe. Nesse sentido e na situação reinante naquele momento, quando a classe operária estava atomizada, Osasco foi um progresso imenso. Mas, tudo isso ainda não esgota a significação da greve. Tratava-se, naquele momento, de dar um exemplo de luta ao proletariado de São Paulo - e do país. Osasco, um subúrbio da metrópole industrial, dispunha de um proletariado mais novo, formado em parte de nordestinos e retirantes e que por isso tinha um caráter mais rebelde. Mas o proletariado de São Paulo propriamente dito e do ABC ainda não tinham entrado na luta (a esperada repercussão não surgiu em virtude da rapidez e da violência com que a repressão agiu).

Quais foram os erros cometidos em Osasco? Em primeiro lugar, pode se colocar a questão, se a ocupação das fábricas se justificava naquelas circunstâncias. Tendo em vista o grau de organização e de experiência do proletariado de Osasco, acreditamos que não. Não correspondia às relações de força existentes. Em segundo lugar, os responsáveis pela greve tinham de contar com a repressão e preparar um esquema para essa eventualidade previsível. Na realidade houve uma debandada, quando as tropas ocuparam as fábricas. Em terceiro lugar, houve falhas de organização, ligadas ao papel do sindicato. A direção da greve, ou melhor, o grupo que estava preparando a greve, utilizou o sindicato (em virtude da vitória da oposição sindical) para a mobilização das fábricas. Isso foi plenamente justificável, no sentido de combinar recursos legais com clandestinos. Erro absoluto, entretanto, foi fazer da sede sindical o centro dos Comitês de Empresa com a direção da greve. A ocupação do sindicato pelas forças da repressão destruiu toda a rede de contatos e contribuiu para a debandada geral. Finalmente, o erro fundamental e que é responsável em parte pelas demais falhas, é o fato da greve ter sido planejada de fora, dentro de um esquema militarista. Quem dominou a direção da greve de Osasco foi um grupo chegado à VPR, que via na greve uma preparação para a "luta armada". Isso incluía a defesa armada das fábricas pelos operários até os planos rocambolescos das "grevilhas". Esse plano evidentemente condenou a greve de antemão, limitou a ação dos Comitês de Empresa, que em sua maioria não sabiam das segundas intenções da "vanguarda" e impediu igualmente uma tática proletária depois da greve.

Hoje há uma autocrítica generalizada da fase militarista, mas isso não significa necessariamente uma opção por uma linha proletária. Destaca-se aí a análise dos acontecimentos de então, dada por José Ibrahim, um dos dirigentes responsáveis pela greve de Osasco, em "Campanha", edição de Santiago do Chile (10 e 11, de 1973) da qual citamos retraduzindo do espanhol:

...havia o problema da visão política, que influiu na decisão política de antecipar a greve planejada para novembro e na forma de encaminhá-la. A "esquerda estava marchando para o foquismo", uma concepção esquerdista da revolução baseada em ações armadas. E sofremos a

influência das polêmicas que se davam na esquerda, mas sem que nenhum desses setores, que se definiu pela luta armada, oferecesse uma alternativa para o movimento de massas.

Em minha opinião, o que realmente destruiu a organização interna nas fábricas de Osasco, foi a política das organizações armadas de tirar os melhores elementos do trabalho nos movimentos de massas, gastando-os na dinâmica interna da organização. Creio que esse foi o fator mais importante, pois em uma conjuntura desfavorável é possível continuar o movimento, embora seja necessário mudar os métodos de luta e as formas de organização. No refluxo, a repressão desencadeada em Osasco teve importância, mas não foi o aspecto decisivo na desarticulação do movimento.

É uma autocrítica honesta e que atinge o cerne de questão, enquanto que a "crítica" dos nossos companheiros ignora simplesmente os problemas da greve.

Luta econômica e luta política

Já mencionamos que uma das dificuldades principais dos autores das "Tarefas" é compreender as relações entre luta econômica e luta política. Não queremos passar por cima dessa questão vital sem pelo menos mostrar uma abordagem do método marxista, tal como a Organização sempre o aplicou no passado. Depois voltaremos a argumentação do documento.

O próprio Marx muito cedo começou a enfrentar o problema, que se impôs em virtude da sua importância prática. Numa de suas primeiras obras "marxistas", na sua resposta a Proudhon, "A Miséria da Filosofia", escreve ele no capítulo "Sobre as Coligações":

As primeiras tentativas dos operários de se associarem tomam sempre a forma de coligação.

A indústria junta num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas uma das outras. A concorrência as divide; mas a manutenção do salário, esse interesse comum, as une face ao seu patrão, as une com o propósito comum da resistência - a coligação. Assim, a coligação tem sempre uma dupla finalidade, a de superar a concorrência dos operários entre si, a fim de poder fazer uma concorrência geral aos capitalistas. Se a primeira finalidade da resistência, não passava da manutenção dos salários, na medida em que os capitalistas por sua vez se unem com o fito da repressão, as coligações, a princípio isoladas, se agrupam e em face dos capitalistas unidos a manutenção da associação se torna mais urgente do que a dos salários. Isso é tão verdade, que os economistas ingleses estão surpreendidos em ver que os operários dedicam grande parte do seu salário às associações, que aos olhos dos economistas só foram criadas em função dos salários. Nessa luta - verdadeira guerra civil - unem e se amadurecem todos os elementos para uma futura batalha. Uma vez atingido esse ponto a coligação toma caráter político.

As condições econômicas inicialmente transformaram a massa da população em operários. O domínio do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe frente ao capital, mas ainda não para si. Nessa luta, da qual esboçamos somente algumas fases, essa massa se torna, coesa, constitui-se como classe para si. Os interesses que defende, tornam-se interesses de classe. Mas, a luta de classe contra classe é uma luta política.

Isso foi escrito no início da luta, que o próprio Marx travou e se inspira visivelmente na fase remota das lutas do proletariado inglês, no início do século passado, como já indica a terminologia usada. Ainda não entra nas formas orgânicas que essa luta toma (sindicatos, partidos) e o autor salienta que esboçou "somente algumas fases", mas são fases vitais que se repetem na história, sempre que uma nova classe operária surge no cenário. E para quem viveu semelhante surgimento de um proletariado, o esboço toma forma e conteúdo.

Se, porém, para os companheiros mais novos, as definições de Marx continuam abstratas, aconselhamos o estudo de uma experiência mais conhecida do surgimento do movimento operário russo, cujo material é mais divulgado e citado. A conhecida obra de Lênin, "O Que Fazer?", por exemplo, reflete os problemas da formação da jovem classe operária russa, embora isso nem sempre seja compreendido pelo leitor de hoje.

A classe operária russa começou a travar as suas primeiras lutas no século XIX. Greves esporádicas surgiram principalmente no fim do século, contra condições de trabalho, que hoje se chamaria de "superexploração". Salários baixíssimos, que não cobriam as necessidades imediatas de vida, dia de trabalho de 13 a 15 horas e praticamente sem nenhuma assistência social. Essas greves se davam sem organização, mesmo sindical, sem caixas de greve e, por muito tempo, sem apoio de fora. A última das greves nesses moldes realizou-se em 1896, em Petersburgo, com 40 mil operários têxteis paralisando o trabalho. Ao lado das reivindicações salariais, constava a da redução do dia de trabalho para 10 horas e meia. A greve foi reprimida, mas representou um marco, não só pelo número de

participantes, que era inédito, mas também por se tratar da última greve realizada nessas condições. Um ano mais tarde, os mesmos operários têxteis já tinham criado um mínimo de base sindical, voltaram a greve e a ganharam. Conseguiram, entre outras, a redução das horas de trabalho para 11 e meia por dia.

Assim mesmo levou cinco anos, até surgir outro movimento de greve comparável. Em 1902 deu-se a greve dos operários de petróleo no Cáucaso e em seguida a greve geral em Rostow no Dom. Em 1903 deram-se greves em oito cidades do sul da Rússia. Em 1904, dar-se a greve geral de Odessa.

No mesmo ano inicia-se a guerra com o Japão e o movimento decai temporariamente, mas já em janeiro de 1905 dar-se uma greve de solidariedade na fábrica Putilov, em Petersburgo, em virtude da despedida injusta de dois operários. Em poucos dias o movimento abrange 140 mil operários e as reivindicações começam a se tornarem políticas. Ainda no decorrer do mesmo mês, as tropas do czar abrem fogo sobre um cortejo de 200 mil operários desarmados e assim se inicia a Revolução Russa de 1905.

Essa visão panorâmica, evidentemente, contem mais um aspecto essencial, o da formação do partido político.

A social-democracia russa surgiu ainda na década de 80 do século passado, como movimento de intelectuais. Evidentemente ainda estava longe de ser um partido. Segundo Lênin essa fase durou aproximadamente de 1881 a 1894, durante a qual "a social-democracia existiu sem movimento operário". Não só porque os seus adeptos ainda podiam "ser contados nos dedos", mas também porque a classe operária ainda não tinha despertado.

A segunda fase, Lênin a descreve como sendo de 1894 a 1898. É essa a ocasião em que a social-democracia se expande rapidamente pelas cidades e centros industriais russos. Expande-se sob a forma dos "círculos", grupos de intelectuais e estudantes, que procuram entrar em contato com operários de fábricas. O instrumento principal é a literatura de "denúncias". Jornais e folhetos denunciam condições de trabalho e abusos flagrantes dos patrões, a base de uma correspondência das fábricas ou mesmo redigidos por operários com a ajuda de intelectuais. As denúncias visam chamar a atenção dos operários para suas condições de existência, despertar sua resistência e estimular a movimentação da classe. A atuação dos círculos coincide com o surgimento de um mínimo de organização clandestina nas empresas, em função das greves. A segunda greve de Petersburgo, por exemplo, já se dá com a colaboração ativa de círculos. Essa segunda fase tem dois resultados. Em primeiro lugar traz operários para dentro dos círculos revolucionários e com isso permite uma atividade contínua e mais sistemática no meio da classe. Apesar das imensas perdas verificadas, em virtude da inexperiência dos novos revolucionários, a social-democracia consegue enraizar-se na classe. Em segundo lugar permite a penetração da propaganda marxista nas massas, muito além da presença física dos círculos e cria, num primeiro nível, a fusão da então social-democracia com o movimento operário existente (a fusão definitiva se daria durante a Revolução de 1905).

Essa segunda fase esgotou-se na medida em que seus resultados permitiam enfrentar e colocar na ordem do dia a questão do partido. E aí dividiram-se as águas. A formação do partido implicava não só numa mudança das formas de trabalho como também de conteúdo. A linha divisória surgiu, grosso modo, entre os chamados "economicistas" e os "políticos". Estes não pleiteavam somente as formas organizatórias de um partido político da classe operária, mas também uma luta política do proletariado contra o absolutismo czarista. O futuro ia revelar que existiam também divergências sobre a maneira de combater politicamente, mas no momento ainda havia uma unidade de princípio contra os economicistas. Estes, o que queriam? Antes de tudo queriam continuar a manter os métodos de trabalho que tinham dado resultado até então na conscientização e mobilização dos operários. Para isso, transformaram num fim em si as reivindicações econômicas e sociais, que tinham sido um meio inicial para fazer a classe se movimentar. Queriam que os operários se limitassem a melhorar a sua situação econômica, pois era isso que lhes interessava.

Evidentemente os economicistas – pelo menos os mais destacados – não eram tão ingênuos para supor que na Rússia czarista se podia lutar indefinidamente por melhorias materiais para a classe operária, sem se chocar com toda a problemática política, que o regime apresentava. Mas, já que existia acordo geral que a Rússia estava perante uma revolução burguesa e eles achavam que cabia à burguesia e às classes médias solucionar esses problemas, preferiam "deixar a política" para os liberais. Dentro desse raciocínio receavam também que uma atuação da classe operária poderia criar choques prematuros com a burguesia nesse terreno.

Não precisamos repetir aqui a posição de Lênin sobre o papel do proletariado na revolução burguesa. É conhecida. Para os bolcheviques o destino da revolução burguesa era importante demais para deixá-la à mercê da burguesia. O que queremos chamar atenção aqui é o fato que Lênin, nas condições do absolutismo e da esperada revolução burguesa-democrática, não podia ainda colocar a fórmula "classe contra classe", como Marx o tinha feito com vistas à Inglaterra. O adversário imediato do proletariado

russo não era ainda a burguesia e, sim o regime semifeudal russo. A bandeira da "classe contra classe" os bolcheviques só puderam desfraldar quando o problema da revolução burguesa estava definitivamente superado para eles, em fevereiro de 1917.

O que é importante ver, e isso "O Que Fazer?" e outros textos de Lênin deixam explícito, é que ele não considerava a fase das lutas econômicas como um "desvio" ou algo semelhante e, sim, como uma fase necessária a percorrer, mas também necessária a superar quando ela estiver esgotada. Lênin era antes de tudo dialético e não conhecia "princípios de organização" ou de luta eternos e preestabelecidos, tirados do contexto de uma situação determinada. No que diz respeito a nós, não tem cabimento querer considerar toda greve que se limita a reivindicações econômicas como "economicista" (e muito menos, podemos querer que os operários em greve ostentem como reivindicações todo o nosso programa mínimo, até o GRT...). "Economicistas" só são greves que se realizam, consciente ou inconscientemente, dentro de um conceito de rejeição de uma política de classe. De resto temos que ver em cada greve o que significa para a conscientização e politização da classe.

Governo dos trabalhadores e insurreição armada

O mesmo método voluntarista é aplicado na revisão das demais consignas da Organização. Vimos que já por ocasião da "análise" da greve de Osasco, o documento de discussão critica a falta do "Governo dos Trabalhadores" entre as reivindicações dos Comitês. Pois para os autores, o "Governo de Transição" não representa uma palavra de ordem propagandística (o que para eles é um desvio) e, sim, uma alternativa real à ditadura militar. Para fundamentar essa argumentação lança-se mão mais uma vez dessa estranha "teoria da dependência", pela qual se conclui que aumentos salariais (luta contra o "arrocho"), luta por sindicatos livres, etc. estão inseparavelmente ligadas à luta pelo GRT, já que é "inviável ao sistema pagar o valor da força de trabalho".

Para dar a impressão que dessa vez os autores não estão revisando os conceitos da Organização e, sim, em conformidade com eles, citam o PSB: *"O tipo de governo visado, que surge da própria insurreição, representa em nossa propaganda desde hoje, a alternativa que oferecemos à ditadura militar das classes dominantes..."*

Os autores das 'Tarefas' passam sem comentário por cima da ressalva "em nossa "propaganda" e isso evita maiores explicações da parte deles. Mas, independente disso, para compreender o problema do Governo de Transição, como foi colocado pela Organização, não bastam citações programáticas.

A fórmula do Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo começou a ser debatida entre as bases da Organização no decorrer do ano de 1962 e foi adotada no 3º Congresso, em 1963. Foi concebida como alternativa (propagandística) aos diversos governos populistas e "nacionalistas", que então cortejavam o apoio da classe operária. A consigna visava deixar claro entre a esquerda e o próprio proletariado, qual o tipo de governo que poderíamos apoiar ou integrar antes de uma revolução socialista. A consigna pretendia uma defesa militante da concepção marxista do Estado e nada mais. E com isso se esgotou, naquele momento, também o seu papel propagandístico de objetivos da luta proletária. A propaganda fundamental destes destacava, antes de tudo, a necessidade do socialismo e, para a sua realização, a da revolução proletária com todas as suas conseqüências.

Também hoje e para um futuro previsível - isto é, enquanto as relações de força não se alterarem - a palavra de ordem não mudará de função. Tornar-se-á atual todas as vezes que um governo burguês de "esquerda" cortejar as massas proletárias, ou na medida em que movimentos políticos reformistas tentem ganhar as massas para objetivo semelhante. Um conteúdo mais do que propagandístico a consigna só poderá tomar, entretanto, do momento em diante em que o proletariado brasileiro surgir no cenário com a capacidade de mobilizar em torno de si os milhões de trabalhadores do campo e as camadas radicais da pequena burguesia. Sem essa aliança de classes o Governo de Transição não terá base social suficiente no país.

Para fundamentar a sua tese da atualidade da consigna, os autores das 'Tarefas' apresentam uma construção mais irreal ainda do que no caso dos Comitês. Afirmam que:

- a) *"ele é colocado como alternativa de poder a ser colocado tão logo um movimento de massas surja no país..."*
- b) *"ele é colocado como alternativa imediata, mesmo que a vanguarda comunista ainda não tenha se transformado em Partido, mesmo que a organização do movimento ainda se restrinja a pólos mais avançados."*
- c) *"O problema da superação do GRT (ditadura do proletariado) não é outro senão o da construção do Partido... Na medida em que o Partido seja um fato concreto na luta de classes, então o governo de transição estará superado..."*

Aqui só podemos perguntar: em que experiência real os companheiros baseiam suas afirmações? Se tomarmos uma das mais recentes, a do Chile, veremos que um Governo dos Trabalhadores (o da UP, até o momento da entrada dos generais), não chegou a preencher a sua função política, justamente porque não havia um partido revolucionário da classe operária, fora ou dentro do governo, capaz de alterar os rumos da política reformista. O MIR não chegou a ser um partido do proletariado chileno, nunca passou do um "pólo mais avançado", embora de proporções mais expressivas de que nós.

E como os companheiros chegaram à conclusão que o problema do GRT estará superado com a formação do partido proletário? Isso em si já representa uma revisão do conceito leninista do partido. Os companheiros, entretanto, mesmo se não soubessem mais nada sobre o assunto, poderiam ter desconfiado do fato de essa estratégia ter sido esboçada no 3º Congresso da Internacional Comunista, onde foi recomendada aos Partidos Comunistas lá reunidos. De resto, trata-se evidentemente de uma confiança exagerada na vitória da causa justa, querer supor que forças unicamente reformistas levarão um Governo de Transição ao caminho certo.

Se no caso dos Comitês e Comissões se poderá alegar ainda tratar-se de mal-entendido causado por interpretações erradas de textos de Lênin, Gramsci e da IC, o mesmo não se poderá dizer mais do tratamento dispensado a questão do GRT. Aqui se trata da mais pura invenção idealista, que dispensa, da parte de seus autores, de qualquer tentativa de fundamentá-la teoricamente. Perguntamos pelo porque dessa criação, pois alguma razão deve haver para isso. Desconfiamos que ela se explique pela situação objetiva, em que a Organização hoje se encontra. Quanto maior o isolamento, quanto mais reduzida a atuação militante dentro da classe (e hoje chegou a um ponto baixo nunca antes atingido) maior se torna a necessidade de compensação intelectual. Cai-se na tentação de oferecer à Organização um "esquema", que lhe assegure um papel, independente da qualidade de sua militância e a importância que realmente exerce como "pólo mais avançado"...

Mas esse, certamente não é um caminho realista para sair impasse.

As "Tarefas" ligam a questão do GRT ao problema da luta armada e nesse terreno tem algumas objeções a levantar. A primeira diz respeito às relações com os trabalhadores do campo. Falando das forças de sustentação de um GRT, diz parecer haver uma *"lacuna no que toca aos trabalhadores do campo. Pois ocorre que essas mesmas formas de luta e de organização, que se colocam para os trabalhadores da cidade precisariam ser também colocadas para os trabalhadores do campo..."*

Mas, concluem as 'Tarefas', na verdade não há lacuna, há um desvio e para prová-lo citam o PSB:

Essas massas rurais, assalariados puros, parceiros, meeiros, pequenos camponeses, etc, dependem de uma vanguarda armada, que leve ao campo a perspectiva e a experiência da organização do proletariado urbano. Quando essa vanguarda mostra o caminho concreto da destruição de seus opressores, abre também para os trabalhadores do campo, a aliança com os operários industriais.

Os companheiros, entretanto, estão equivocados. Há uma lacuna, sim. A citação do trecho sobre a tática da guerrilha rural, evidentemente não soluciona a questão das formas de luta e de organização, que as massas dos trabalhadores do campo adotarão. O trecho citado acima se refere unicamente a uma possível situação de guerra de guerrilha no país. A lacuna, portanto existe e existe conscientemente. O assunto foi debatido no 4º Congresso, quando o Programa foi adotado e, novamente, no 5º, na votação das propostas de emendas. Chegamos à conclusão, nas duas ocasiões, que já estávamos em condições de definir formas fundamentais de luta dos operários industriais. A dos trabalhadores do campo, entretanto, estava ainda tão incipiente e rudimentar, que não permitia distinguir formas organizatórias mais duradouras. Havia existido as Ligas Camponesas. Limitadas à região do cultivo de cana de Pernambuco, principalmente, representavam verdadeiras ilhas no Centro e no Sul do país. Tínhamos razões para duvidar que essa forma organizatória desempenharia papel maior no futuro. A outra forma dos sindicatos rurais, ainda não tinha rompido o quadro oficial e, de resto, existia principalmente no papel. A única coisa que podíamos supor, conhecendo a tradição do interior, era o caráter extremamente violento que as lutas de classe no campo podiam tomar em todas as suas fases, quando recrudescessem.

Preferimos, portanto, deixar a "lacuna" do que construir um esquema artificial. Claro, um esquema teria que ser simétrico: de um lado os operários, do outro, os trabalhadores do campo. Mas como a própria experiência mostra, qualquer tentativa nesse sentido teria sido superada muito depressa pelo "valor mais novo" que se levantou com o fenômeno dos "bóias-frias" e que no futuro, alterará profundamente as lutas no campo.

Outra questão levantada é a da guerra de guerrilhas, a qual os autores das "Tarefas" negam redondamente qualquer razão de ser. Os companheiros são bastante sumários no seu julgamento. Referindo-se ao conceito de guerrilha exposto no PSB, declaram: *"Mesmo do ponto de vista estritamente militar o foco estaria fadado a ser destruído antes que pudesse dar o primeiro passo para construir a sua 'miniatura' de frente."*

Poderia supor-se ainda que aqui se critica determinada concepção de luta de guerrilha, mas esse não é o caso. Os companheiros são contra a guerra de guerrilha em si e nos acusam de termos feito concessões ao foquismo. Aliás, usam o termo "foquismo" para qualquer preocupação com a guerrilha, opondo a isso a insurreição dos trabalhadores "tal como na Rússia".

Mas para poder argumentar assim, os companheiros esquecem ou suprimem simplesmente alguns fatos. Primeiro, a Organização nunca viu contradição entre guerra de guerrilha e insurreição. Muito pelo contrário, nas condições concretas do Brasil só vimos bases para uma guerra de guerrilha quando for ao encontro de uma insurreição operária, nas cidades. O acima citado trecho do Programa começa dizendo: *"A revolução no Brasil será proletária ou deixara de ser revolução, e isso implica na necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder"*.

Em segundo lugar, os companheiros querem abolir a questão da guerrilha do Programa, evidentemente por não ver nenhuma atualidade no problema. Provavelmente chegaram a essa conclusão porque não se deu nenhuma guerrilha vitoriosa na América Latina, nos últimos 15 anos. Mas, dessa maneira poderíamos "abolir" também a greve geral, a insurreição proletária e a própria revolução socialista.

Terceiro, acontece que a nossa análise da luta de guerrilha no campo se baseia na experiência de uma revolução socialista, como realmente se deu na América Latina. Mais exato, a única revolução vitoriosa que se deu no continente. Vamos eliminar a experiência viva da revolução cubana de nossas ponderações sobre estratégia? Porque não cabe no modelo, que os companheiros por acaso fizeram da revolução russa? Dito de passagem, nenhuma revolução cabe exatamente no modelo da outra. Mas, como revolucionários latino-americanos temos a obrigação de estudar e aproveitar continuamente as formas de luta que se desenvolvem nesta parte do mundo, em países com um passado, estruturas sociais e problemas semelhantes.

A questão se coloca de outra maneira. Fato é que o capítulo sobre a Guerra Revolucionária é um dos pontos fracos do Programa. A fraqueza do capítulo não está no conteúdo, mas no lugar que toma no documento. Colocado como último capítulo, poderá ser facilmente interpretado como seu ponto máximo e uma conclusão final das análises precedentes. Isso, evidentemente, não foi a intenção do coletivo¹ que o votou, e foi muito mais tarde que a Organização se deu conta disso. O fato se torna mais contraditório ainda quando temos em conta que no momento em que o Programa foi escrito (em meados de 1967) a Organização já tinha chegado à conclusão que a oportunidade política para uma possível guerrilha tinha passado. Não foi, portanto, sob a pressão subjetiva de uma próxima guerra de guerrilha que o Programa viu a luz do dia.

Como pôde então, dar-se essa forma de redação? Foi, sem dúvida, sob o impacto da luta de fração, pela qual a Organização passou no 4^o Congresso e na qual a Oposição de Minas abraçou as teorias debrayistas do foco. Foi justamente na luta contra o foquismo, que o problema tomou esse destaque. A maioria procurou tirar os ensinamentos da revolução cubana, que era lícito tirar, mas esse problema cardeal na luta de fração tomou então um lugar no Programa, que não estava previsto.

É uma falha, que precisa ser remediada (como há outras), mas querer eliminar a experiência viva da revolução cubana, não parece ser o remédio justo.

Por "remediar", entretanto, não entendemos emendar o Programa ou escrever outro PSB. Receamos que a emenda seja pior do que o soneto. Mas, antes de tudo, acreditamos que um novo Programa tem sentido somente numa nova conjuntura de lutas de massas, quando a problemática dessa próxima fase nas lutas de classes tiver tomado forma. O PSB preencheu o seu papel em determinada época, como primeira tentativa de uma vanguarda teórica de explicar o método e a experiência do marxismo à realidade brasileira. Formulou uma linha estratégica para o movimento revolucionário e definiu os objetivos estratégicos da luta de classe, confirmados plenamente pela experiência, apesar das falhas e insuficiências existentes. Um novo Programa, entretanto, precisa entrar em questões que hoje começam a se esboçar apenas e que somente um proletariado combatente poderá ajudar a responder. Para as necessidades imediatas basta uma plataforma de luta.

E a nova estratégia?

Voltamos à pergunta: em que consiste a propalada "estratégia", que os autores das "Tarefas" propõem à Organização? Não consiste simplesmente, pois não há nada no documento de discussão que possa ser visto pelo menos como tentativa nesse sentido. As "Tarefas" admitem a necessidade de um proletariado independente, mas negam o processo histórico de sua formação, o da penetração da teoria marxista na classe. Como surgirá esse proletariado brasileiro independente, possuído de consciência de classe e organizado num partido revolucionário, é um mistério, que talvez ainda queiram esclarecer. Pretendem "reavaliar" o papel da vanguarda? Mas que "vanguarda" é essa que

¹ "intenção do Grêmio", no original (Nota dos editores).

julga poder existir sem quadros operários, que não quer "ir às massas" e que se defende indignadamente contra a aspiração "obreirista" de uma mudança da sua composição orgânica pequeno-burguesa?

O que há é um esquema, que visa teorizar a atual situação da Organização e codificar as suas deficiências. E o esquema propriamente dito não faz outra coisa, do que pegar os conceitos e a terminologia que a Organização criara no decorrer da sua existência e os redefinem. Essa definição não parte de experiência própria ou alheia, e sim de princípios voluntaristas, destinados em parte, a justificar e perpetuar a atual situação subjetiva do grupo.

O pretense "enriquecimento" das bases teóricas da Organização com contribuições vindas da sociologia e politologia pequeno-burguesas, tampouco são uma realização original do grupo em torno das "Tarefas". Estão em voga em quase toda a chamada Esquerda Revolucionária, principalmente entre os militaristas arrependidos. Tanto esse "enriquecimento" do marxismo, como as subseqüentes críticas à herança teórica da Organização, às vezes quase idênticas, foram levantadas por outras organizações. Pelo MR-8, por exemplo, que também, aceita as "teorias" da superexploração e da dependência e que também nos acusa de "propagandismo", "espontaneismo", "obreirismo" e outros "ismos". Também o MR-8 propõe eliminar a guerra de guerrilha do Programa, porque *"é impossível superar o antagonismo existente entre o pensamento foquista (?) e a concepção marxista-leninista da revolução"*.

Essa coincidência, evidentemente, não pode ser casual e não cai do céu. Deve haver um denominador comum entre a atual oposição de dentro e de fora contra as posições fundamentais da Polop, apesar de todas as divergências que as separam.

Há esse denominador comum (Lênin já chamou a atenção sobre o fato de os extremos freqüentemente se tocarem). O ultra-esquerdismo dos autores das "Tarefas" e o oportunismo de direita dos apologistas das plataformas democráticas, se originam ambos no mesmo método, próprio a nossa Esquerda Revolucionária, oriunda do movimento estudantil. O que caracteriza essa corrente de origem da classe média, hoje isolada mais do que nunca de um movimento operário vivo e incapaz de assimilar o método marxista sem uma prática revolucionária correspondente, é o seu absoluto subjetivismo. Partindo da premissa que a revolução antes de tudo depende de boas teorias e da maior ou menor disposição de pô-las em prática, usam as suas cabeças para gerar "teorias", constroem o seu próprio mundo, onde travam a sua própria "luta de classes".

Conforme a sua disposição subjetiva, adapta as suas construções teóricas "revolucionárias" às necessidades ideológicas da sua classe de origem ou, como reação, cria atitudes de um extremo oposto. Mas ambos, no fundo, estão sempre à procura de "receitas" de como romper o isolamento e o impasse.

O fato dos nossos companheiros não terem escolhido a solução de direita, a solução típica dos movimentos oriundos da classe média, deve-se as tradições da Polop ainda vivas no grupo e das quais não é tão fácil se livrar. Pelo menos, não de uma vez: entretanto ainda não representa nenhuma garantia contra futuros desvios de direita. Temos precedentes recentes entre ex-companheiros que eram justamente defensores de táticas ultra-esquerdistas no passado. Quando o método não é mais marxista, isto é, quando não é mais materialista e se limita à elaboração de esquemas alheios à realidade, qualquer fracasso obriga a abandoná-los e a elaboração de "novas receitas" que facilmente se transformam no seu contrário.

É preciso ver que o fenômeno, que se cristalizou agora com o documento de discussão e que sumariamente pode ser caracterizado como revisionista - revisão das bases teóricas da Organização e do método marxista - não surgiu agora. Começou a esboçar-se nitidamente depois da "refundação", quando tendências voluntaristas sempre presentes na Organização (principalmente em São Paulo) tomaram conta em escala crescente. Foi a mudança das condições gerais de luta e a incapacidade de se adaptar a elas, que fez a liderança de então refugiar-se em esquemas, que confundiram os seus desejos subjetivos com a realidade existente. Essas tendências encontraram o seu auge no PTCP, um plano "lógico" para fazer a revolução no Brasil. O choque evidente com a realidade (e o desgaste subseqüente) fez surgir a oposição interna e a tentativa de sanear a linha política. Não mudaram porém o método e o que se apresenta agora não é nada mais que um novo "plano". O que une os dois é o absoluto voluntarismo e a ausência de qualquer tentativa de uma análise marxista da conjuntura, como ponto de partida para uma atuação política. O que distingue as duas fases fundamentalmente é que na anterior se procurou colocar a "penetração" como tarefa partidária e agora procura-se contornar o problema, negando a sua existência.

Essa continuidade do voluntarismo, que levou igualmente a uma crescente sectarização, se deve evidentemente ao prolongado isolamento da clandestinidade e a ausência de um movimento operário combatente. O que assistimos agora, entretanto, e a tentativa de justificar esse isolamento, a tentativa de transformar o mal em virtude. Se as posições propostas no documento forem adotadas

pela Organização, isso significara a sua morte política e física. Política, porque liquidava as bases teóricas que nos permitiram no passado desempenhar um papel revolucionário na luta e que bem ou mal nos permitiram sobreviver a clandestinidade até hoje. Morte física, porque acelerara o processo de desgaste, verificado nos últimos anos. O choque constante com a realidade dos fatos não pode ser neutralizado eternamente com um isolamento voluntário. A sectarização ideológica leva inevitavelmente a choques internos, destruição das bases da democracia interna, luta de frações, expulsões mútuas e ao fracasso final. Quando houver a tão esperada e anunciada mudança de conjuntura, não existirá mais uma Organização em condições de aproveitá-la.

As Perspectivas de luta

Quais são as perspectivas da luta no Brasil?

Mesmo os autores das "Tarefas" não negam ainda que a próxima meta fundamental é a formação de uma classe operária independente, tanto do ponto de vista político como organizatório, de um proletariado com consciência de classe, livre da tutela burguesa e oposto à política burguesa. Sem a formação desse proletariado, as lutas de classe no país não darão o salto qualitativo da criação de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, em oposição às classes dominantes. Sem a formação desse proletariado, o potencial revolucionário do país continuará como massa de manobra da burguesia urbana e fundiária.

O que entendemos por um "proletariado independente"? - já que essa fórmula anda hoje na boca de muita gente e está sendo interpretada de maneiras as mais diversas.

A independência da classe operária não representa nenhuma fórmula mágica para nós. Não significa, por exemplo, que a classe já luta diretamente pelo poder. Tampouco quer dizer que já esteja forçosamente sob a liderança de um partido revolucionário embora seja esse o nosso objetivo. A independência da classe não é o ponto final de uma evolução e sim o início de uma luta mais conseqüente. Ela dá margem à formação do partido revolucionário, mas pode dar-se ainda sob o signo do domínio de partidos reformistas (como na Itália e na França) ou de um movimento sindical (como foi o caso na Inglaterra e na Espanha). O essencial é que se organize independentemente e em oposição às instituições burguesas da sociedade. A independência da classe não exclui que ela tenha ilusões políticas, principalmente sobre o caminho ao socialismo. Terá essas ilusões, enquanto o partido revolucionário estiver em minoria - e vice-versa.

Embora essa independência represente um marco, um salto qualitativo que altera as relações de força na sociedade, o processo de amadurecimento da classe não termina com isso, nem está assegurado definitivamente. Velar pela contínua educação da classe operária nas lutas de classe travadas ainda no quadro da sociedade capitalista, eis justamente o papel da vanguarda, do partido revolucionário. Mas mesmo essa atividade da vanguarda não basta para levar a classe operária à luta final. Lênin, na 'Doença Infantil' já deixou claro:

Com a vanguarda só, não se pode vencer... Para que, entretanto, toda a classe, para que as vastas massas de trabalhadores e de oprimidos pelo capital cheguem a tomar essa atitude (a da luta direta pelo poder - EM) para isso não basta a propaganda, não basta a agitação. Para isso é necessária a própria experiência política dessas massas. Isso é a lei fundamental de todas as grandes revoluções...

As lutas de classes recentes confirmam essa sabedoria antiga. O proletariado chileno, por exemplo, há muito tempo representa uma classe independente. Com a vitória eleitoral da UP pensou estar no caminho do socialismo e seria simples demais julgar que só os adeptos mais chegados de Allende compartilhavam das ilusões democrático-legalistas. Somente as experiências amargas, pelas quais o proletariado chileno passou, podem fazer com que da próxima vez coloque mais realisticamente a questão do poder.

O proletariado português, que surgiu como classe independente depois do 25 de Abril, até agora não precisou pagar o mesmo preço do chileno pelas ilusões democráticas sustentadas quase até o golpe da direita em novembro de 1975. O voto de protesto, dado a Carvalho nas eleições presidenciais, sem dúvida foi resultado da experiência da derrota anterior. Resta saber se a coligação da Esquerda Revolucionária portuguesa, que sustentou a candidatura de Carvalho, já está em condições de se transformar em vanguarda, para que a experiência colhida pelo proletariado tenha resultados mais duradouros.

Quando Lênin fala da necessidade da própria experiência política das massas, ele não se refere somente a hora decisiva da colocação do problema do poder. Essa experiência é indispensável em todas as fases da luta de classes e são justamente as lutas parciais que permitem colhê-la. Ela é indispensável para a formação da classe independente, processo que se dá ainda no quadro da sociedade capitalista e num nível determinado pela profundidade que as contradições já assumiram.

Dai para a questão do poder - mesmo sob a forma do GRT - ainda é um caminho a trilhar, há lutas a travar, há experiências a colher. A independência em si ainda não soluciona esses problemas. Apenas permite colocá-los, em seu devido tempo.

Qual é a situação do proletariado brasileiro? Quais os níveis da sua consciência e da sua experiência?

Já assinalamos a dificuldade de uma resposta a essas perguntas, enquanto a classe não sair da imobilidade.

O que sabemos é que o processo de amadurecimento da classe tinha se acelerado, especialmente à véspera do golpe militar de 1964 e que foi interrompido pela força. Tinha-se verificado uma radicalização visível a olho nu, que atingiu vastas camadas da população, além do proletariado. Diversas greves gerais, embora sob liderança reformista e populista tinham feito surgir o proletariado no cenário nacional. O movimento grevista ameaçava escapar ao controle populista e seguir caminhos próprios. Politicamente, entretanto, os limites do populismo não chegaram a ser ultrapassados. O salto qualitativo para uma política de classe não chegou a se dar. O desgaste do trabalhismo oficial e as decepções com o reformismo do PCB ainda puderam ser capitalizados por outra fração burguesa, a de Brizola, cuja influência se expandia rapidamente pelo país, mediante os "Grupos de 11". Brizola, evidentemente não era alternativa para o populismo e foi preciso a experiência da derrota e debandada para que a nova estrela se apagasse no horizonte.

A próxima referência, que temos, é a fase de lutas dos anos 1967/68, que atingiu o seu auge com as greves de Osasco e Contagem. Foi o movimento na cidade industrial de Belo Horizonte que a nosso ver representou o ponto alto das lutas de classe de então. Se a primeira greve de Contagem revelou a capacidade espontânea de luta de um setor de proletariado (e o então despreparo dos grupos de esquerda), a segunda greve organizada pelos Comitês de Empresa, revelou capacidade de organização e iniciativa das bases, apesar das fraquezas que ainda se revelaram durante a luta. Os pontos fracos se mostraram na área dominada pela então AP, que com sua política de caudilhismo e paternalismo retomava certas tradições populistas e desencorajava a organização de base dos operários.

Evidentemente uma andorinha ainda não faz o verão. Houve também Osasco, e do qual já tratamos, mas além disso só se registraram greves isoladas.

Assim mesmo, a experiência de 1967/68 é valiosíssima para nós. Revela que o proletariado, uma vez vencida a imobilidade e o medo da repressão, desenvolve formas de luta que se apóiam em organismos de base (primeira greve de Contagem), tentando coordenar os organismos de base através de órgãos executivos (segunda greve de Contagem e Osasco). Refletiu isso uma tomada de consciência, que se deu sob uma superfície aparentemente parada (de 1964 a 67) e foi consequência direta do golpe militar. Como resultado surgiu uma nítida ação de classe em áreas limitadas, cuja importância consiste na mobilização da força própria.

Não sabemos ainda como o proletariado brasileiro sairá da longa noite, da ditadura militar, quando a máquina da repressão começar a rachar. Podemos supor, todavia, que a experiência de 1967/68 se repetirá em escala gigantesca. Temos precedentes de casos semelhantes, não só em movimentos recentes como em Portugal, mas no próprio Brasil, em 1945, por ocasião do desmoronamento do Estado Novo.

É justamente a experiência de 1945, que mostra mais uma vez que o processo espontâneo de amadurecimento por si só ainda não garante a formação de uma classe independente. Nas condições do Brasil do pós-guerra, as decepções do proletariado com a política do então "Partido Operário", o PCB, prolongaram a vida do populismo organizado.

Quando amanhã o proletariado brasileiro ressurgir em cena, não será uma simples reedição de 1945. Tampouco, a luta recomeçará onde parou em 1964. Doze anos de ditadura militar tornaram mais profundas as contradições de classe nas cidades e no campo, tornaram mais complexa a sociedade brasileira e criaram as premissas para uma polarização maior das forças sociais. Não há hoje, na classe operária, um trabalhismo enraizado, como no tempo de Vargas. O que a ditadura militar criou, foi uma apolitização das massas, que desaparecerá, entretanto, na medida em que surgirem alternativas políticas à situação presente. O proletariado não é o mesmo de 1945 nem de 1964. A ditadura militar também foi uma experiência. Não sabemos ainda até que ponto prossegue o processo da formação da classe, por baixo da superfície, mas dois aspectos da evolução são previsíveis: em primeiro lugar, o proletariado lançar-se-á numa luta de recuperação de nível de vida e isso se dará num clima de crescente radicalização. Em segundo lugar, manifestar-se-á uma falta de experiência política das massas operárias, condicionadas pela abstenção forçada dos últimos anos e pela incorporação de novas gerações à classe durante mais de uma década.

Disso resultará uma situação contraditória. A classe ressurgirá radicalizada, em virtude da sua situação material. Por outro lado, a falta de experiência, a falta de lutas parciais, fará com que o

proletariado revele no primeiro tempo, grande dose de ingenuidade política, que ainda poderá ser aproveitada por forças alheias à classe. É de se supor que as massas afluirão no início aos partidos e nomes conhecidos. A continuidade das siglas e dos nomes, entretanto, não deve enganar. As entidades políticas que surgirão não serão as mesmas de antes, pois terão de se adaptar a um meio-ambiente diferente do passado. Também o PCB terá de se adaptar a nova classe operária e se livrar de grande parte do seu lastro ideológico e prático do passado, que nas novas condições será peso morto para ele. Ainda é duvidoso se o populismo poderá reviver nos moldes antigos e só a prática mostrará se no Brasil já haverá lugar para um movimento reformista tipo Mario Soares.

Ainda está em tempo...

Temos de ter certeza sobre o fato de que enfrentamos o futuro novamente como minoria revolucionária condenada a tentar conquistar posições no seio do proletariado de fora para dentro. Não soubemos aproveitar a prolongada clandestinidade para enraizarmos na classe.

Quando, no início de nossa atuação, como grupo organizado em escala nacional, avaliamos as nossas possibilidades, chegamos à conclusão que o nosso papel era de um catalisador de tendências sociais e políticas já existentes na sociedade brasileira. Transformar essas possibilidades em realidade dependia a) da justeza das nossas posições e b) da nossa capacidade de derivar delas uma atuação conseqüente e contínua. Essa avaliação, de maneira alguma, está superada, embora isso não queira dizer que nós possamos retomar as atividades onde as deixamos antes do golpe e nos anos iniciais da clandestinidade. Para isso o desenrolar dos acontecimentos será rápido demais, as contradições sociais se tornarão profundas demais e incomparavelmente maiores serão as exigências, que a situação colocará a um grupo político que se pretende vanguarda.

Como enfrentar essa situação de amanhã?

Em primeiro lugar, temos de aprender a enfrentar realisticamente a situação e os fatos, isto é, analisá-los a base de um método materialista. De nada adianta querer impor às nossas lutas de classes e ao nosso proletariado soluções, palavras de ordem e resoluções copiadas de situações objetivamente diferentes, com um nível de luta e de organização diverso do nosso. Isso não eleva o nível e simplesmente nos deixa por fora da classe e dos acontecimentos. Temos de saber avaliar exatamente, a cada momento, a receptividade e a capacidade de ação do nosso proletariado, para derivar as suas (e as nossas) tarefas. De nada adianta também ficar à procura do operário ideal, do proletariado com "consciência socialista" para trabalhar com ele, quando o problema fundamental – mesmo para a camada mais adiantada – ainda é o da criação de uma consciência proletária e o da confiança na força da própria classe.

Além dessa capacidade de avaliar uma situação objetiva temos de saber julgar igualmente a nossa situação subjetiva. Quantos somos? o que representamos? que influencia temos? - são perguntas que fazem parte dos dados necessários para a elaboração estratégica e tática, da mesma forma como os problemas das relações de força existentes na sociedade. E se nós não queremos nos tornar vítimas de uma linha política megalomaniaca, que caracteriza todas as seitas, temos de aprender a usar as nossas cabeças para traduzir uma realidade existente e não para gerar esquemas irrealis, motivados por desejos subjetivos.

Somente tal caminho permitir-nos-á sair do diletantismo artesanal, que caracterizou a nossa existência nos últimos anos. Enfatizamos aqui o diletantismo, porque a atividade artesanal de todos os grupos da Esquerda Revolucionária na clandestinidade foi imposta pelas condições objetivas, isto é, a imobilidade da classe e a força da repressão. Consta que os companheiros acharam graça dessa afirmação, quando foi levantada pela primeira vez, mas "achar graça" também é um recurso para evitar enfrentar uma realidade. Fato é que das três formas de atividade militante, que Lênin achava indispensável para uma vanguarda proletária - agitar, propagar e organizar - os grupos revolucionários, esses anos todos, conseguiram penosamente desenrolar atividades propagandísticas em escala reduzida. Não tinham realmente condições para agitação dirigida às massas e muito menos possibilidade de organizá-las. Isso já condenou as vanguardas a uma existência artesanal.

O nosso artesanato era diletante, antes de tudo porque em primeiro lugar não havia a necessária coragem cívica de admitir os fatos e as nossas "análises" e resoluções sonoras não conseguiram (e continuam a não conseguir) cobrir a discrepância existente entre pretensões e realidade. Em segundo lugar, foi diletante porque a improvisada atividade externa tomou definitivamente um segundo lugar em relação às discussões internas. Até hoje - a nossa literatura é testemunha disso - discute-se mais sobre a maneira de fazer as coisas do que fazendo-as. E essas preocupações preenchem a maior parte das atividades das células. Isso impediu, e continua impedindo (já que as "Tarefas" o consideram uma preocupação "obreirista") que a Organização, com métodos artesanais mas eficientes, aproveitasse a situação criada para formar quadros operários - a única maneira possível nessas circunstâncias, para "acumular forças".

Hoje, o problema é justamente de como superar essa fase de trabalho artesanal. Isso, certamente não será possível de um dia para outro, mas o reinício de greves, manifestações, quebra-quebras e a própria tentativa de um populismo governamental, mostram que a classe operária está começando a se movimentar. E que os grupos clandestinos tem novamente de adaptar-se a uma situação em mudança.

Não conseguiremos, porém, adaptar-nos à situação nenhuma, se ficarmos fora da classe operária. Não conseguiremos preencher o nosso papel sem quadros políticos operários, à base de manifestos e resoluções, dos quais as massas não tomam conhecimento. Somente situados no meio da classe, enraizados, teremos possibilidade de influir sobre seu comportamento. Somente criando quadros proletários contribuiremos para a formação de uma nova liderança de classe nas lutas que estão para vir.

É uma concepção completamente distorcida de luta de classe, um conceito absolutamente pequeno-burguês, querer supor que possamos enfrentar as nossas tarefas de vanguarda proletária à base de elementos integrados. Estes só tem sentido em facilitar a formação de quadros políticos operários. A classe, ela tem a sua própria vida (e notaremos em todo o seu alcance, quando começar a se agitar) e não tem conhecimento de um punhado de elementos com boas idéias que vem de fora. A classe, ela criará as suas novas lideranças em todos os níveis no decorrer da luta. Temos de atingir essas lideranças em potencial, temos de contribuir para a sua formação, pelo menos em centros vitais, cujo comportamento repercutirá sobre a classe toda. E para isso, temos de encontrar essa camada hoje, no nível de consciência que tem, pois somente a experiência das lutas, mais a nossa atuação no meio dela, pode torná-la mais conseqüente. Mas não podemos esperar que esse "proletariado socialista", consciente e independente, caia do céu para adotar as nossas teses e resoluções.

Ainda podemos recuperar o tempo perdido, pelo menos em parte. Ainda podemos vencer as conseqüências danosas do prolongado isolamento da clandestinidade, mas a condição é que voltemos a enfrentar a situação com realismo, que voltemos a aplicar o método marxista, que nos livremos de todos os esquemas intelectuais voluntaristas. E a primeira condição é que rejeitemos *in totum* as "Tarefas" como base de discussão para uma estratégia e tática. Aqui não adiantam meias medidas nem paliativos. As concepções expostas no documento e o método utilizado se chocam tão frontalmente com o marxismo, tanto como teoria quanto como experiência prática, que qualquer conciliação nesse terreno só prolongará a agonia do grupo, continuará a se fazer perder um tempo valioso, que finalmente não recuperaremos mais.

Para nós, a herança de Política Operária não representa dogma. Ninguém melhor do que nós conhece as dificuldades com as quais as posições proletárias se impuseram na Organização contra oposições internas e externas. Sabemos igualmente da fraqueza de algumas dessas posições teóricas, que não chegaram a encontrar uma prática correspondente e somente a experiência da luta prática pode confirmá-las definitivamente. Também para nós existe a famosa correlação leninista entre teoria e prática. Mas assim mesmo, as bases teóricas como fundamento de um conceito estratégico das lutas de classes no Brasil continuam inabaladas e única alternativa presente ao reformismo e aos numerosos matizes da ideologia pequeno-burguesa, que proliferam na nossa esquerda. Essa herança do passado influiu toda uma geração de revolucionários no país, mesmo quando não estavam prontos a aceitar todas as nossas teses fundamentais e ela fecundou igualmente os nossos inimigos. Tornou-se, não só um fato consumado como também irreversível na vida da esquerda brasileira. E se os autores das "Tarefas" insistirem em querer liquidá-la como obstáculo as suas pretensões, eles só condenarão o grupo que representam como fizeram outros antes deles. Política Operária e seu patrimônio teórico continuarão como ponto de partida de um movimento revolucionário do proletariado brasileiro. Para isso já estão bastante enraizados na realidade brasileira.

(Publicado originalmente na Revista Marxismo Militante - edição no exterior, data provável 1975)